

## Índice Sistemático

---

---

<b>CAPÍTULO I – O CONTRATO EM GERAL.....</b>	<b>1</b>
1. Direitos reais e direitos pessoais.....	1
2. Fontes das obrigações .....	2
3. Negócios jurídicos e contratos.....	2
4. Ato jurídico, fato jurídico e negócio jurídico.....	3
5. Conceituação do contrato .....	4
6. Visão histórica.....	7
7. Requisitos extrínsecos para a validade do contrato .....	10
7.1. Capacidade das partes .....	10
7.2. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável.....	11
7.3. Forma prescrita ou não defesa em lei.....	12
7.4. Licitude do motivo determinante, comum a ambas as partes.....	12
7.5. Não preterição de alguma solenidade essencial no negócio praticado .....	13
7.6. Inexistência de fraude à lei imperativa .....	13
7.7. Ausência de expressa declaração de nulidade ou proibição, ou a existência da previsão de outra sanção, se presentes tais vícios .....	14
7.8. Inexistência de simulação ou presença da transparência e lealdade .....	15
7.9. Consentimento .....	16
8. Princípios que regem a formação do contrato.....	17
8.1. Autonomia da vontade .....	17
8.2. Liberdade e função social do contrato.....	18
8.3. Equivalência das prestações .....	25
8.4. Supremacia da ordem pública .....	25
8.5. Obrigatoriedade dos contratos .....	27
8.5.1. Exceções à obrigatoriedade do contrato derivadas do caso fortuito ou força maior .....	29
8.5.1.1. Caracterização do caso fortuito ou força maior .....	29
8.5.1.2. Requisitos do caso fortuito ou força maior .....	30

8.5.1.3.	Hipóteses possíveis de exoneração .....	31
8.5.1.4.	Impossibilidade relativa e exoneração da obrigação ....	32
8.6.	A probidade e a boa-fé.....	34
8.7.	Dirigismo contratual.....	35
9.	Contrato consigo mesmo .....	36
10.	Distrato .....	37
 <b>CAPÍTULO II – FORMAÇÃO DOS CONTRATOS.....</b>		<b>39</b>
1.	Manifestação da vontade .....	39
1.1.	Manifestação expressa da vontade .....	39
1.2.	Manifestação tácita da vontade .....	40
2.	Fase preliminar do contrato .....	42
3.	A proposta .....	45
3.1.	Proposta sem força obrigatória.....	47
3.2.	Proposta dirigida a pessoas indeterminadas ou oferta ao público .....	49
3.3.	Caráter autônomo da proposta.....	51
4.	A aceitação .....	52
4.1.	Aceitação em contrato formado por pessoas presentes e ausentes.....	53
4.2.	Aceitação tardia .....	54
4.3.	Aceitação tácita.....	55
4.4.	Contraproposta.....	56
4.5.	Retratação da aceitação .....	57
5.	Momento da formação do contrato e lugar da celebração.....	58
 <b>CAPÍTULO III – CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS.....</b>		<b>62</b>
1.	No direito romano.....	62
2.	No direito brasileiro .....	63
2.1.	Contratos unilaterais ou benéficos e bilaterais ou onerosos.....	63
2.1.1.	A exceção do não adimplemento do contrato.....	65
2.1.2.	Condição resolutiva tácita .....	68
2.1.3.	Responsabilidade dos contratantes nos contratos bilaterais ou onerosos e unilaterais ou benéficos .....	69
2.2.	Contratos gratuitos e onerosos .....	70
2.3.	Contratos comutativos e aleatórios.....	72
2.4.	Contratos nominados (ou típicos) e os inominados (ou atípicos) .....	73
2.5.	Contratos reais, formais e consensuais.....	74

2.6.	Contratos mistos e coligados .....	75
2.7.	Contratos instantâneos, sucessivos e de execução diferida .....	77
2.7.1.	Contratos instantâneos e sucessivos.....	77
2.7.2.	Contratos de execução diferida.....	79
2.7.3.	Contratos sucessivos e de execução diferida e aplicação da lei no tempo.....	79
2.8.	Contratos principais e acessórios .....	81
2.9.	Contratos por tempo determinado e por tempo indeterminado.....	81
2.10.	Contratos formados em consideração da pessoa e contratos impessoais .....	82
2.11.	Contratos derivados ou subcontratos.....	83
2.11.1.	Pressupostos .....	84
2.11.2.	Autorização para subcontratar .....	85
2.11.3.	Subcontrato e cessão de contrato.....	86
2.11.4.	Efeitos do subcontrato.....	87
2.12.	Contratos individuais e coletivos .....	88
2.13.	Negócio ou contrato indireto.....	90
2.13.1.	Concepções doutrinárias .....	90
2.13.2.	Configuração do objetivo visado .....	91
2.13.3.	Voluntariedade na busca do objetivo diverso daquele constante no contrato.....	91
2.13.4.	Aplicações do negócio indireto no direito atual .....	92
2.14.	Contrato de adesão.....	93
2.14.1.	Espécies exemplificativas de contrato de adesão .....	95
2.14.2.	Interpretação .....	98
2.15.	Contratos standardizados, ou celebrados em massa.....	101
2.16.	Contratos eletrônicos.....	101
 <b>CAPÍTULO IV – EXTERIORIZAÇÃO DOS CONTRATOS .....</b>		<b>106</b>
1.	Lugar da celebração e prova do contrato.....	106
2.	Publicidade do contrato.....	109
3.	Direito de arrependimento.....	113
3.1.	Direito de arrependimento nos contratos de promessa de compra e venda de terrenos ou de unidades condominiais na incorporação imobiliária ...	114
3.1.1.	Direito de arrependimento de parte do promitente vendedor ...	114
3.1.2.	Direito de arrependimento ou desistência de parte do promitente adquirente e a Lei nº 13.786/2018.....	116

3.1.2.1.	Tratamento jurídico de acordo com a jurisprudência formada até o advento da Lei nº 13.786/2018.....	116
3.1.2.2.	Tratamento jurídico de acordo com a Lei nº 13.786/2018 relativamente a unidades condominiais .....	119
3.1.2.3.	Tratamento jurídico de acordo com a Lei nº 13.786/2018 relativamente aos contratos de promessa de compra e venda em loteamentos.....	123
4.	A impossibilidade do cumprimento nos contratos com obrigação de fazer .....	126
5.	Interpretação dos contratos.....	127
<b>CAPÍTULO V – OBJETO DO CONTRATO .....</b>		<b>134</b>
1.	Objeto do contrato e objeto da obrigação .....	134
2.	Requisitos do objeto do contrato.....	135
2.1.	Possibilidade da prestação.....	135
2.2.	Utilidade da prestação .....	135
2.3.	Licitude da prestação .....	135
<b>CAPÍTULO VI – TEORIA DA IMPREVISÃO E REVISÃO DOS CONTRATOS.....</b>		<b>137</b>
1.	Caracterização.....	137
2.	Aplicação .....	139
3.	Previsão de reajustamento de valores nos contratos.....	142
<b>CAPÍTULO VII – ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO E PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO .....</b>		<b>143</b>
1.	Caracterização da estipulação.....	143
2.	Tipificação do contrato .....	145
3.	Consentimento do terceiro .....	145
4.	Exigibilidade da prestação na estipulação.....	145
5.	Substituição do terceiro beneficiário na estipulação.....	146
6.	Pessoas indeterminadas.....	147
7.	Promessa de fato de terceiro .....	147
<b>CAPÍTULO VIII – ARRAS .....</b>		<b>149</b>
1.	Conceito.....	149
2.	Natureza jurídica .....	150
3.	Espécies.....	150
4.	Arras e indenização por perdas e danos.....	154
5.	Arras e cláusula penal .....	155

<b>CAPÍTULO IX – CESSÃO DO CONTRATO .....</b>	<b>157</b>
1. Conceito.....	157
2. Pessoas que intervêm na cessão do contrato e requisitos.....	157
3. Distinção entre cessão de crédito e cessão de contrato .....	159
4. Forma da cessão de contrato.....	159
5. Espécies de cessão de contrato.....	160
6. Efeitos da cessão de contrato .....	161
7. Hipóteses comuns de cessão de contrato .....	162
<b>CAPÍTULO X – VÍCIOS REDIBITÓRIOS .....</b>	<b>164</b>
1. Caracterização.....	164
2. Requisitos configuradores dos vícios redibitórios .....	165
3. Conhecimento ou desconhecimento dos vícios pelo alienante .....	167
4. Perecimento da coisa.....	167
5. Vendas judiciais .....	168
6. Ações asseguradas ao adquirente .....	168
7. Erro e vício redibitório.....	169
8. Cláusula de renúncia à responsabilidade pelos vícios redibitórios.....	171
9. Prazo de decadência do direito.....	171
10. Prazos no Código de Defesa do Consumidor .....	173
<b>CAPÍTULO XI – EVICÇÃO .....</b>	<b>175</b>
1. Caracterização.....	175
2. Requisitos .....	176
3. Contratos a que se aplica a evicção .....	178
4. Reforço, diminuição ou exclusão da garantia.....	179
5. Prestações devidas ao evicto .....	180
6. Evicção parcial .....	181
7. Responsabilidade do alienante nas deteriorações da coisa adquirida.....	182
<b>CAPÍTULO XII – CONTRATOS ALEATÓRIOS .....</b>	<b>183</b>
1. Caracterização.....	183
2. Coisas ou fatos futuros com o risco de não virem a existir.....	184
3. Coisas futuras com o risco de virem a existir em qualquer quantidade .....	184
4. Coisas existentes expostas a risco.....	185

<b>CAPÍTULO XIII – CONTRATO PRELIMINAR</b> .....	186
1. Conceito.....	186
2. Requisitos .....	187
3. Execução coativa do contrato preliminar.....	187
4. Promessa de contrato unilateral .....	189
<b>CAPÍTULO XIV – CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR</b> .....	190
1. Tipicidade da figura .....	190
2. Condições para a configuração.....	191
3. Momento da vigência dos efeitos na formalização da transferência .....	192
4. Casos de eficácia restrita aos contratantes originários .....	192
<b>CAPÍTULO XV – EXTINÇÃO DOS CONTRATOS</b> .....	194
1. Causas de extinção .....	194
2. Contratos inexistentes e contratos nulos.....	195
2.1. Discriminação das nulidades.....	197
2.1.1. Contrato celebrado por pessoa menor de dezesseis anos.....	197
2.1.2. O contrato em que for ilícito, impossível ou indeterminável seu objeto .....	198
2.1.3. O contrato no qual há ilicitude do motivo determinante comum a ambas as partes.....	199
2.1.4. Contratos não revestidos da forma especial prevista em lei .....	200
2.1.5. Contratos nulos por preterição de alguma solenidade considerada essencial pela lei .....	200
2.1.6. Contratos com o objetivo de fraudar lei imperativa .....	201
2.1.7. Contratos que a lei considera nulos ou proíbe a prática sem cominar sanção .....	201
2.1.8. Contratos nulos por simulação .....	203
2.1.8.1. Características e requisitos .....	204
2.1.8.2. Espécies .....	205
2.1.8.3. Simulação e dissimulação .....	205
2.1.8.4. Reserva mental.....	205
2.1.8.5. Simulação na interposição de pessoa.....	206
2.1.8.6. Simulação através de declaração, confissão ou condição não verdadeira.....	206
2.1.8.7. Simulação de data .....	206
2.1.8.8. Alegação da simulação pelos próprios contratantes....	206
2.1.8.9. Legitimidade para arguir a simulação.....	207

3. Contratos anuláveis .....	208
3.1. Contratos anuláveis por incapacidade relativa do agente .....	209
3.1.1. Os maiores de 16 e menores de 18 anos.....	209
3.1.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.....	210
3.1.3. Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem expressir sua vontade.....	212
3.1.4. Os pródigos.....	217
3.1.5. Os indígenas .....	218
3.1.6. Capacidade civil do preso condenado.....	219
3.1.7. Os cegos.....	220
3.1.8. A capacidade relativa do marido e da mulher para certos con- tratos .....	220
3.2. Contratos anuláveis por vícios de consentimento .....	223
3.2.1. Erro ou ignorância.....	223
3.2.2. Dolo .....	226
3.2.3. Coação.....	229
3.2.4. O estado de perigo .....	231
3.2.5. A lesão no direito .....	232
3.2.6. Fraude contra credores.....	239
4. Resolução das obrigações pelo inadimplemento.....	249
4.1. Espécies de inadimplemento .....	251
4.2. Resolução de obrigações contemplada em lei .....	253
4.3. Caminhos oferecidos ao credor frente ao inadimplemento .....	253
4.4. Cumprimento imperfeito e a resolução.....	254
4.5. Defesas do inadimplente e exceção do contrato não cumprido.....	259
4.6. Efeitos da resolução.....	261
4.7. Cláusula resolutiva expressa .....	262
4.8. Cláusula de decaimento.....	265
4.9. Modos de resolução .....	266
4.10. Situações especiais que comportam a resolução e a revisão.....	267
5. Extinção do contrato por acordo mútuo ou decisão de um dos contratantes.....	273
6. A exceção do não cumprimento do contrato como causa de resilição .....	275
<b>CAPÍTULO XVI – COMPRA E VENDA .....</b>	<b>277</b>
1. Da permuta à compra e venda.....	277
2. Sistemas jurídicos na concepção da compra e venda .....	278

3. Definição de compra e venda.....	280
4. Compra e venda pura.....	281
5. Características.....	281
6. Elementos da compra e venda .....	282
6.1. O consentimento .....	282
6.2. O preço .....	283
6.3. A coisa.....	288
6.3.1. Venda de coisa atual ou futura .....	289
6.3.2. Venda de coisa alheia.....	290
6.3.3. Venda de coisa litigiosa .....	292
6.3.4. Vendas e pactos sucessórios .....	293
6.3.5. Vício oculto de coisas vendidas conjuntamente .....	294
6.3.6. Transferência da coisa e de direitos sobre o bem.....	295
6.4. Forma.....	296
7. Obrigações do vendedor e do comprador.....	297
7.1. Relativamente ao vendedor.....	297
7.2. Relativamente ao comprador.....	298
8. Capacidade nos contratos de compra e venda.....	299
9. Os riscos da coisa na compra e venda.....	301
10. Garantias reconhecidas ao vendedor não pago na compra e venda.....	303
11. Despesas de transferência e responsabilidades sobre débitos anteriores .....	304
12. Retenção da coisa ou do preço.....	305
<b>CAPÍTULO XVII – FORMAS ESPECIAIS DE COMPRA E VENDA .....</b>	<b>307</b>
1. Compra e venda à vista de amostras, protótipos ou modelos .....	307
2. A retrovenda.....	308
3. A venda a contento e a sujeita à prova.....	311
4. Preempção ou preferência.....	314
5. Pacto do melhor comprador .....	317
6. Pacto comissório.....	318
6.1. Pacto comissório expresso e tácito. Implicações na interpelação .....	320
6.2. Pacto comissório e pagamento do preço mediante notas promissórias <i>pro soluto e pro solvendo</i> .....	322
6.3. Pacto comissório e a interpelação .....	323
6.4. Contratos em que é proibido o pacto comissório .....	324
6.5. Pacto comissório e dação em pagamento .....	325

7.	Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i> .....	326
7.1.	Espécies de venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i> .....	327
7.2.	Falta de área na venda <i>ad mensuram</i> .....	329
7.3.	Alternativas judiciais oferecidas ao comprador .....	330
7.4.	Excesso de área na venda.....	331
7.5.	Falta de área nas vendas judiciais.....	332
7.6.	Decadência do direito de invocar a falta ou o excesso de área.....	332
8.	Venda de quinhão em coisa comum .....	333
8.1.	Conceito de indivisibilidade .....	334
8.2.	Venda de coisa comum em bens divisíveis .....	335
8.3.	Condições para o condômino exercer o direito de preferência .....	336
8.4.	Inexistência do direito de preferência em alienações diversas da compra e venda .....	336
8.5.	Bens com benfeitorias e direito de preferência.....	337
8.6.	Preferência no condomínio horizontal, fracionado em apartamentos .....	337
8.7.	Direito de preferência entre locatário e condômino.....	338
9.	Venda de ascendente a descendente .....	339
9.1.	Anulabilidade da venda.....	340
9.2.	A venda por interposta pessoa .....	341
9.3.	O consentimento dos demais descendentes e do cônjuge do alienante.....	343
9.4.	Consentimento do cônjuge do descendente que anuir .....	344
9.5.	A necessidade do prejuízo aos demais descendentes e da prova da fraude....	345
9.6.	Oportunidade para a propositura da ação .....	345
9.7.	Prazo de decadência.....	346
9.8.	Venda de descendente a ascendente .....	347
9.9.	Venda anterior ao reconhecimento da paternidade .....	347
10.	Venda de bens entre cônjuges.....	349
11.	Venda com reserva de domínio .....	349
11.1.	Conceito.....	350
11.2.	Elementos característicos.....	350
11.3.	Distinção das figuras afins ou semelhantes.....	353
11.4.	Disponibilidade da coisa pelo comprador .....	353
11.5.	Cobrança da dívida por meio do processo de execução ou do procedimento comum .....	354
11.6.	Apreensão e depósito da coisa através da ação de reintegração de posse .....	357
11.7.	Transferência dos direitos no contrato de reserva de domínio .....	360

11.8. Responsabilidade pelos riscos .....	360
11.9. Financiamento do preço.....	361
12. Venda sobre documentos .....	362
12.1. Impossibilidade de recusa do pagamento .....	362
12.2. Efetivação do pagamento .....	363
12.3. Entrega dos documentos e apólice de seguro .....	363
12.4. Efetivação do pagamento por estabelecimento bancário.....	364
<b>CAPÍTULO XVIII – PROMESSA DE COMPRA E VENDA.....</b>	<b>366</b>
1. Definição de contrato de promessa de compra e venda. Imóveis loteados e imóveis não loteados .....	366
2. Fins do contrato.....	367
3. Natureza obrigacional da promessa .....	368
4. Obrigação de fazer e execução coativa .....	369
5. Pré-contrato de promessa de compra e venda.....	370
5.1. Execução coativa do pré-contrato e das formas assemelhadas .....	371
5.2. O registro pré-contrato.....	372
6. Promessa de compra e venda e direito real.....	372
7. Efeitos do registro do compromisso e direito REAL .....	374
8. Comparações entre promessa e escritura pública definitiva de compra e venda....	374
9. Efeitos reais do compromisso registrado.....	375
10. Compromisso e ação reivindicatória .....	376
11. Forma da promessa de compra e venda .....	378
11.1. Em imóveis loteados .....	378
11.2. Em imóveis não loteados.....	379
12. Cancelamento do contrato no registro de imóveis .....	380
12.1. Contratos atinentes a imóveis loteados e intimações .....	381
12.2. Cancelamento dos contratos atinentes a imóveis não loteados .....	382
12.3. Mora do promitente comprador em receber a escritura.....	383
13. Cláusula penal e devolução das quantias pagas.....	384
13.1. Nas promessas de imóveis loteados e devolução do valor pago.....	384
13.2. Nas promessas de imóveis não loteados.....	386
13.3. Critério para estabelecer a redução.....	387
14. Arrependimento do loteador ou promitente vendedor.....	388
14.1. Nos imóveis loteados .....	388
14.2. Nos imóveis não loteados.....	389

14.3. Arrependimento e cláusula resolutiva expressa .....	390
15. Purgação da mora nas prestações em atraso.....	391
15.1. Nas promessas de compra e venda registradas, de imóveis loteados ou não .....	391
15.2. Promessas de compra e venda não registradas de imóveis loteados ou não .....	392
15.3. Notificação do cônjuge para a purga da mora.....	393
16. Adjudicação compulsória ou ação de obrigação de emissão de declaração de vontade.....	394
16.1. Procedimento da adjudicação e da ação de emissão de declaração de vontade.....	395
16.2. Condições para a propositura da ação. Necessidade ou não do registro do contrato.....	395
16.3. Adjudicação compulsória e execução específica através do art. 501 do Código de Processo Civil .....	396
<b>CAPÍTULO XIX – TROCA OU PERMUTA .....</b>	<b>398</b>
1. Caracterização.....	398
2. Tratamento legal específico .....	398
3. Bens objeto de troca ou permuta.....	399
<b>CAPÍTULO XX – CONTRATO ESTIMATÓRIO .....</b>	<b>400</b>
1. Conceito.....	400
2. Natureza do contrato .....	401
3. Impossibilidade de restituição da coisa .....	402
4. Proibição de medidas restritivas sobre a coisa transferida em consignação .....	402
5. Indisponibilidade da coisa pelo consignante antes da restituição .....	403
<b>CAPÍTULO XXI – DOAÇÃO .....</b>	<b>405</b>
1. Conceituação.....	405
2. Elementos componentes da doação .....	406
3. Capacidade das partes.....	409
3.1. Capacidade ativa e desnecessidade do consentimento dos demais herdeiros e do cônjuge .....	409
3.2. Doações realizadas por cônjuges entre si, por menores, mandatários, tutores e curadores .....	409
3.3. Doações entre concubinos .....	411

3.4.	Doações entre concubinos feitas por pessoas solteiras, viúvas e separadas ou divorciadas .....	412
3.5.	Capacidade passiva .....	412
4.	Forma do contrato .....	413
5.	Promessa de doação .....	415
6.	Espécies de doações .....	418
7.	Juros moratórios e evicção .....	430
8.	Nulidades da doação .....	431
8.1.	Doação universal, sem reserva do suficiente para a subsistência .....	431
8.2.	Doação que exceder a meação disponível .....	431
8.3.	Incapacidade do doador e vícios da vontade .....	434
9.	Revogação da doação por ingratidão .....	434
9.1.	Causas de revogação .....	435
9.1.1.	Atentado contra a vida do doador ou a prática de crime de homicídio contra ele .....	436
9.1.2.	Ofensa física .....	437
9.1.3.	Injúria grave ou calúnia .....	437
9.1.4.	Recusa à prestação de alimentos .....	438
9.2.	Doações insuscetíveis de revogação por ingratidão .....	438
9.3.	Revogação e direitos de terceiros .....	439
9.4.	Prazo para promover a revogação .....	440
10.	Revogação da doação por descumprimento de encargo .....	441
<b>CAPÍTULO XXII – LOCAÇÃO .....</b>		<b>443</b>
1.	Espécies no direito romano e no direito vigente. Conceituação .....	443
2.	Características da locação .....	445
3.	Locação de coisas .....	446
3.1.	Locação de prédios .....	447
3.1.1.	Prédios rurais e urbanos .....	447
3.1.2.	Prédios residenciais e não residenciais .....	448
4.	Visão crítica, panorâmica e histórica da legislação locatícia .....	449
5.	Locações reguladas pelo Código Civil .....	452
6.	Normas do Código Civil aplicáveis às locações excluídas da Lei nº 8.245/1991 .....	453
7.	Locações reguladas pela Lei nº 8.245/1991 .....	456
8.	Prazo do contrato de locação de prédios .....	457
9.	A fixação do aluguel .....	459

10. Obrigações do locador e do locatário .....	460
11. Locações coletivas multifamiliares .....	465
12. Locações mistas .....	466
13. Locações de shopping centers e de imóveis a adquirir, ou a construir, ou a reformar .....	467
14. Locação para temporada .....	474
15. Locação de imóvel para a residência dos diretores e representantes do locatário....	475
16. Locação de prédios rurais.....	475
17. Locação de imóveis da União, dos Estados e dos Municípios.....	480
18. Resolução da locação .....	481
18.1. Situações comuns às locações residenciais e não residenciais.....	482
18.2. Especificamente quanto às locações residenciais .....	483
18.3. Especificamente quanto às locações não residenciais.....	487
18.4. Resolução da locação pelo locatário .....	489
19. Preferência do locatário na transferência do imóvel .....	490
20. Penalidades criminais e civis.....	491
21. Locações não residenciais por cinco ou mais anos de duração.....	492
21.1. Requisitos para a renovação.....	492
21.2. Titularidade do direito.....	494
21.3. Requisitos, procedimento judicial e a defesa do locador na ação renovatória .....	496
21.4. Indenização em favor do locatário.....	500
22. Procedimentos judiciais nas ações envolvendo locações .....	501
22.1. Ação de despejo .....	503
22.1.1. Desocupação liminar no começo da ação .....	503
22.1.2. Documentos necessários para o ingresso da ação .....	505
22.1.3. Emenda da mora no despejo por falta de pagamento.....	506
22.1.4. Cumulação do despejo com a cobrança de aluguéis.....	508
22.1.5. Efeito devolutivo da apelação concessiva do despejo e caução....	509
22.1.6. Prazos para a desocupação .....	511
22.2. Ação de consignação de aluguéis .....	513
22.3. Ação revisional .....	515
23. Garantias no contrato de locação .....	518
23.1. A caução .....	519
23.2. A fiança e penhorabilidade .....	520

23.3. O seguro-fiança.....	530
23.4. Cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento .....	532
24. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis .....	532
25. Sublocação e cessão, empréstimo e sub-rogação da locação .....	534
26. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor às locações.....	537
27. Aplicação da lei no tempo .....	540
<b>CAPÍTULO XXIII – GESTÃO DE NEGÓCIOS .....</b>	<b>541</b>
1. Conceito.....	541
2. Características.....	543
3. Obrigações e responsabilidades do gestor.....	544
4. Obrigações e responsabilidades do dono do negócio.....	545
5. Ratificação da gestão pelo dono do negócio .....	546
6. Desaprovação da gestão.....	546
7. Negócios comuns do gestor e do dono .....	547
<b>CAPÍTULO XXIV – COMODATO .....</b>	<b>548</b>
1. Conceito.....	548
2. Características e natureza.....	549
3. Capacidade contratual no comodato .....	550
4. Objeto.....	550
5. Formação e prova do contrato .....	551
6. Prazo.....	551
7. Obrigações do comodatário.....	553
8. Obrigações do comodante.....	554
9. Riscos pelo uso da coisa.....	554
10. Restituição da coisa .....	555
10.1. Interpelação.....	555
10.2. Ação própria para conseguir a restituição .....	556
11. Extinção do comodato .....	557
12. Pagamento de aluguel e retenção por benfeitorias.....	559
13. Comodato modal.....	560
<b>CAPÍTULO XXV – MÚTUO .....</b>	<b>561</b>
1. Conceito.....	561
2. Características do contrato.....	562

3. Capacidade para contrair O mútuo .....	563
4. Objeto do mútuo .....	564
5. Mútuo oneroso e juros .....	565
6. Juros no mútuo bancário .....	568
7. Obrigações e direitos do mutuante e do mutuário.....	571
8. Extinção do mútuo.....	572
<b>CAPÍTULO XXVI – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....</b>	<b>573</b>
1. Definição e elementos.....	573
2. Forma de celebração .....	576
3. Independência hierárquica na prestação dos serviços .....	576
4. Objeto da prestação de serviços e institutos afins.....	576
5. Duração do contrato .....	579
6. Término e resolução do contrato.....	580
7. Falta de habilitação do prestador do serviço .....	581
8. Transferência do contrato e aliciamento de pessoas.....	582
9. O trabalho doméstico .....	583
<b>CAPÍTULO XXVII – EMPREITADA.....</b>	<b>594</b>
1. Conceito e características .....	594
2. Espécies.....	596
3. Forma.....	598
4. Redução do preço da obra.....	598
5. Alterações do projeto pelo dono da obra .....	599
6. Obrigações e responsabilidade do empreiteiro .....	600
7. Obrigações e responsabilidade do dono da obra .....	604
8. Direito de retenção.....	605
9. Responsabilidade pelos danos causados a terceiros.....	606
10. Obras extraordinárias .....	607
11. Extinção e suspensão do contrato .....	608
12. Subempreitada .....	611
<b>CAPÍTULO XXVIII – DEPÓSITO .....</b>	<b>613</b>
1. Aspectos gerais.....	613
2. Elementos componentes.....	613

3. Características.....	616
4. Classificação .....	617
4.1. Depósito voluntário e depósito necessário .....	617
4.2. Depósito gratuito e depósito oneroso.....	618
4.3. Depósito regular e depósito irregular.....	619
4.4. Depósito mercantil e depósito civil.....	621
4.5. Depósito resultante de contrato de hospedagem .....	622
4.6. Depósito judicial.....	623
5. Forma.....	624
6. Promessa de depósito.....	624
7. Obrigações do depositante.....	625
8. Obrigações do depositário .....	626
9. Perda da coisa depositada.....	630
10. Venda da coisa pelo herdeiro do depositário.....	630
11. Superveniência de incapacidade do depositário .....	630
12. Extinção do depósito .....	631
13. Prisão do depositário infiel e o procedimento para a recuperação do bem depositado .....	632
14. Depósito sem tradição da coisa .....	635
<b>CAPÍTULO XXIX – MANDATO .....</b>	<b>638</b>
1. Conceito e características.....	638
2. Elementos constitutivos.....	639
3. Capacidade para constituir mandatário .....	640
3.1. Pessoas com incapacidade absoluta e relativa para os atos da vida civil....	640
3.2. Capacidade dos cônjuges em outorgar procuração isoladamente.....	641
3.3. Necessidade da outorga pelos cônjuges em conjunto.....	642
4. Capacidade para ser mandatário.....	643
5. Formas e requisitos do mandato .....	644
6. Substabelecimento.....	648
7. Aceitação do mandato .....	650
8. Ratificação .....	651
9. Espécies de mandatos .....	652
9.1. Mandato gratuito e mandato remunerado.....	652
9.2. Mandato <i>ad judicia</i> e mandato <i>ad negotia</i> .....	655
9.3. Mandato civil e mandato mercantil.....	655

9.4. Mandato especial e mandato geral.....	655
9.5. Mandato em termos gerais e mandato com poderes especiais.....	656
9.6. Mandato em conjunto, solidário, sucessivo e fracionário.....	658
9.7. Mandato judicial e prerrogativas dos advogados.....	658
9.8. Mandato passado ao credor pelo devedor.....	664
9.9. Procuração em causa própria.....	666
9.9.1. Conceito e natureza jurídica.....	667
9.9.2. Transmissão de domínio.....	668
9.9.3. Caráter de irrevogabilidade.....	669
9.9.4. Desnecessidade de prestação de contas.....	671
9.10. Cláusula mandato.....	671
10. Obrigações do mandatário.....	671
11. Obrigações do mandante.....	673
12. Direito de retenção.....	675
13. Extinção do mandato.....	675
13.1. Revogação.....	676
13.1.1. Efeitos em relação aos terceiros quanto à revogação.....	677
13.1.2. Mandato irrevogável.....	677
13.1.3. Irrevogabilidade do substabelecimento.....	679
13.2. Renúncia.....	679
13.3. Morte ou interdição de uma das partes.....	680
13.4. Mudança de estado do mandante ou do mandatário.....	681
13.5. Término do prazo ou conclusão do negócio.....	681
<b>CAPÍTULO XXX – COMISSÃO.....</b>	<b>683</b>
1. Caracterização.....	683
2. Obrigações do comissário em relação ao comitente.....	685
3. Obrigações do comissário em relação a terceiros.....	686
4. Direitos do comissário.....	687
5. Direitos e deveres do comitente.....	688
6. Responsabilidade do comissário.....	689
7. Comissão <i>del credere</i> .....	690
<b>CAPÍTULO XXXI – DA AGÊNCIA.....</b>	<b>691</b>
1. Caracterização.....	691
2. Elementos.....	692

3. Distinções .....	693
4. Requisitos do contrato escrito .....	695
5. Remuneração .....	696
6. Condições para ser agente ou representante comercial e registro no Conselho Regional .....	699
7. Denúncia do contrato .....	699
8. Obrigações do agente ou representante e do proponente ou representado.....	700
9. Extinção do contrato.....	700
10. A indenização na resolução injusta ou imotivada do contrato .....	702
11. Agência ou representação comercial e relação de emprego.....	703
<b>CAPÍTULO XXXII – DISTRIBUIÇÃO E CONCESSÃO COMERCIAL.....</b>	<b>706</b>
1. Caracterizações .....	706
2. Partes integrantes no contrato de distribuição ou concessão .....	710
3. Objeto do contrato de distribuição ou concessão .....	711
4. Natureza do contrato de distribuição ou concessão .....	712
5. Limites na aquisição de quotas de bens no contrato de concessão.....	713
6. Fixação dos preços dos bens fornecidos ao concessionário e ao distribuidor .....	715
7. Cláusula de exclusividade de revenda no contrato de distribuição e de concessão ...	715
8. Forma e prazo do contrato de distribuição e de concessão .....	717
9. Obrigações do titular dos bens entregues na distribuição e concessão.....	718
10. Obrigações do distribuidor e do concessionário.....	719
11. Resolução do contrato de distribuição ou concessão .....	720
12. Convenções entre produtores e distribuidores ou concessionários.....	721
13. Ressarcimento na rescisão imotivada do contrato de distribuição e concessão ...	722
<b>CAPÍTULO XXXIII – CORRETAGEM .....</b>	<b>727</b>
1. Conceito e caracteres .....	727
2. Corretagem e mediação.....	728
3. Obrigações.....	729
4. Corretagem no direito empresarial.....	730
5. Corretagem de imóveis e sua regulamentação .....	732
6. Direito à remuneração .....	733
7. Opção de venda .....	736
8. Responsabilidade do contratante no pagamento da remuneração ao corretor....	737
9. Habilitação profissional e direito à remuneração na corretagem de imóveis.....	738

<b>CAPÍTULO XXXIV – TRANSPORTE</b> .....	740
1. Conceito e características .....	740
2. Distribuição da competência para o transporte e incidência da regulamentação aplicável.....	741
3. Transporte cumulativo.....	743
4. Transporte de pessoas.....	744
4.1. Bagagem do passageiro e direito de retenção .....	745
4.2. Obrigações e responsabilidades do transportador.....	746
4.3. Obrigações do passageiro.....	749
4.4. A culpa da vítima no transporte oneroso.....	749
4.5. O transporte gratuito .....	751
4.6. Transporte e culpa de terceiro .....	753
4.7. Recusa de passageiro.....	754
4.8. Rescisão do contrato .....	754
4.9. Interrupção da viagem.....	755
5. Transporte de coisas.....	756
5.1. Conhecimento .....	757
5.2. Informação inexata ou falsa descrição, e mercadoria com embalagem inadequada .....	759
5.3. Recusa ao transporte.....	760
5.4. Limites e extensão da responsabilidade.....	761
5.5. Impossibilidade, impedimento e retardamento do transporte .....	762
5.6. Entrega das mercadorias ao destinatário .....	764
5.7. Obrigações e responsabilidades do remetente, do transportador e do destinatário.....	766
5.8. Prazo de duração na responsabilidade do transportador .....	771
5.9. Prazo decadencial e prescricional em questões de transporte .....	771
5.10. Exoneração de responsabilidade através de cláusula contratual.....	772
5.11. Vistoria e protesto .....	773
6. Responsabilidade no transporte aéreo.....	776
6.1. Responsabilidade quanto aos danos causados ao passageiro e à bagagem ou carga.....	777
6.2. Responsabilidade quanto aos danos causados a terceiros.....	781
6.3. Responsabilidade decorrente do abaloamento aéreo.....	783
6.4. Prazo de prescrição para a ação de reparação .....	784
6.5. A responsabilidade segundo a Convenção de Varsóvia e o Código Brasileiro de Aeronáutica .....	785

6.6. Responsabilidade na perda ou no extravio e na destruição de bagagem ou carga em acidente aeronáutico.....	789
6.7. Responsabilidade no atraso de horários.....	791
<b>CAPÍTULO XXXV – SEGURO E PLANOS DE SAÚDE.....</b>	<b>792</b>
1. Características gerais.....	792
2. Elementos, limites e renovação do contrato .....	794
3. Cosseguro .....	800
4. O princípio da boa-fé nas declarações.....	801
5. Espécies.....	803
6. Seguro de danos.....	810
7. Seguro de pessoa.....	815
8. Obrigações do segurado .....	825
9. Obrigações do segurador.....	827
10. Seguro à conta de outrem.....	829
11. Diminuição do risco .....	829
12. Mora no pagamento do prêmio.....	830
13. Mora do segurador no pagamento do sinistro .....	832
14. Agentes autorizados do segurador .....	832
15. Seguro imobiliário.....	833
16. O Código de Defesa do Consumidor e a prescrição em matéria de seguro .....	836
17. Seguro e planos de assistência à saúde.....	838
17.1. Conceitos e aspectos gerais .....	838
17.2. Planos de assistência, operadoras e carteiras de contratos .....	842
17.3. Órgãos executivos, normativos e fiscalizadores nos planos de assistência .....	846
17.4. Requisitos para o funcionamento das operadoras de planos de saúde .....	849
17.5. Elementos do contrato.....	850
17.6. Conceitos de doenças e lesões preexistentes, de segmentações, cobertura parcial temporária, agravo e procedimentos de alta complexidade .....	851
17.7. Planos de assistência .....	852
17.7.1. Plano-referência de assistência à saúde.....	853
17.7.2. Espécies de regimes e de planos de assistência à saúde .....	857
17.8. Doenças e Lesões Preexistentes (DLP) e cobertura parcial temporária.....	866
17.9. Renovação automática dos contratos após o vencimento.....	870
17.10. Proibição em recusar associados e em interromper o internamento .....	871

17.11. A mudança das contraprestações pecuniárias em função da idade, da sinistralidade ou variação de custos.....	873
17.12. Obrigações dos prestadores de serviços profissionais de saúde.....	877
17.13. Regularização das empresas que já prestam serviços como operadoras de planos de assistência à saúde.....	878
17.14. Fiscalização, obrigações, garantias e liquidação das operadoras .....	879
17.15. Infrações, penalidades e responsabilidade.....	885
17.16. Procedimentos da aplicação das penalidades.....	888
17.17. Responsabilidade das operadoras, dos administradores e membros dos conselhos .....	893
17.18. Direitos do empregado nos planos de saúde e rescisão do contrato de trabalho sem justa causa.....	894
17.19. Manutenção do plano ao aposentado e disposições comuns ao ex-empregado demitido ou exonerado sem justa causa .....	897
17.20. Ressarcimento pelas operadoras dos custos dos serviços de atendimento prestados pelo SUS.....	900
17.21. Cobertura no atendimento de emergência, urgência e de planejamento familiar.....	903
17.22. Intervenção nas operadoras de planos .....	907
17.23. Incidência da Lei nº 9.656/1998 aos contratos vigentes. Exceções .....	908
17.24. Interrupção do pagamento das prestações.....	912
<b>CAPÍTULO XXXVI – CONSTITUIÇÃO DE RENDA .....</b>	<b>915</b>
1. Conceito.....	915
2. Características.....	916
3. Partes.....	917
4. Nulidade da constituição de renda em favor de pessoa já falecida ou que venha a falecer nos trinta dias seguintes à instituição.....	918
5. Direitos e obrigações.....	918
6. Efeitos do contrato .....	919
7. Extinção do contrato.....	920
<b>CAPÍTULO XXXVII – DO JOGO E DA APOSTA.....</b>	<b>921</b>
1. Definições e elementos componentes.....	921
2. Juridicidade do contrato .....	922
3. Características do contrato.....	925
4. Dívidas decorrentes do jogo e da aposta .....	926

5. Dívidas decorrentes de apostas feitas por jogadores em que predomina a capacidade humana na vitória .....	927
6. A repetição de quantias pagas em jogos e apostas .....	928
7. Reconhecimento, novação ou fiança de dívida de jogo ou aposta .....	929
8. Terceiro de boa-fé .....	930
9. Empréstimo para o jogo e a aposta .....	930
10. Distinção entre títulos de bolsa, mercadorias ou valores e jogos ou apostas .....	931
11. Sorteio para a solução de questões .....	932
12. Loteria, bingo, rifa e turfe .....	933
<b>CAPÍTULO XXXVIII – FIANÇA .....</b>	<b>936</b>
1. Conceito e características .....	936
2. Natureza jurídica .....	937
3. Espécies e modalidades .....	938
4. Objeto .....	938
4.1. Obrigações nulas .....	939
4.2. Obrigações futuras e obrigações condicionais .....	939
4.3. Obrigação de dar, fazer e não fazer .....	940
5. Limites da fiança .....	940
6. Capacidade para prestar fiança .....	941
6.1. Consentimento .....	941
6.2. Incapazes absolutos e relativos .....	942
6.3. Menores .....	942
6.4. Sociedade simples ou empresária .....	942
6.5. Analfabetos .....	943
7. Fiança prestada pelos cônjuges .....	943
7.1. Consentimento do cônjuge para prestar fiança e fiança em conjunto .....	947
7.2. Patrimônio conjugal e meação na fiança sem outorga mútua dos cônjuges ...	947
7.3. Legitimidade para pedir a anulação da fiança .....	948
7.4. A fiança prestada por cônjuge empresário .....	948
7.5. Fiança e interveniência solidária em contratos de concessão de crédito ...	949
8. Fiança, caução, aval e abono .....	952
9. Preferência na excussão dos bens e benefício de ordem .....	953
9.1. Obrigações civis .....	953
9.2. Obrigações empresariais .....	956
10. Forma e interpretação da fiança .....	957

11. Fiança conjunta.....	958
12. Sub-rogação nos direitos do credor e direito de promover o andamento da execução contra o devedor.....	958
13. Recusa e substituição do fiador .....	960
14. Transmissão da obrigação do fiador aos herdeiros.....	961
15. Exoneração da fiança .....	962
15.1. Exoneração e fiança sem limitação no tempo .....	962
15.2. Exoneração por insolvência do devedor após invocação do benefício de ordem.....	964
16. Extinção da fiança .....	964
<b>CAPÍTULO XXXIX – TRANSAÇÃO .....</b>	<b>968</b>
1. Concessões mútuas. Conceito de transação e visão histórica .....	968
2. Características e natureza.....	969
3. Situações configuradoras de transação.....	973
4. Requisitos .....	973
5. Modalidades de transação.....	974
6. Objeto da transação.....	977
7. Nulidade e anulabilidade da transação.....	979
8. Ação anulatória e não rescisória.....	981
9. Efeitos da transação.....	982
10. Cláusula penal na transação.....	985
<b>CAPÍTULO XL – COMPROMISSO OU ARBITRAGEM .....</b>	<b>986</b>
1. A solução de litígios por terceiros.....	986
2. Conceito, natureza jurídica e distinções.....	988
3. O regime vigente.....	989
4. O árbitro como juiz de fato e de direito. Constitucionalidade .....	990
5. Convenção ou cláusula de arbitragem.....	993
6. Autonomia da cláusula compromissória.....	996
7. Compromisso arbitral judicial ou extrajudicial.....	997
8. Os árbitros .....	998
9. Procedimento arbitral.....	1001
10. Sentença arbitral.....	1003
11. Nulidade da sentença arbitral.....	1005
12. Sentenças arbitrais estrangeiras.....	1006

<b>CAPÍTULO XLI – PARCERIA E ARRENDAMENTO RURAL .....</b>	<b>1010</b>
1. Conceitos e caracterização .....	1010
2. Leis regulamentadoras .....	1012
3. Natureza do contrato .....	1013
4. Forma dos contratos.....	1014
5. Prazos de duração.....	1015
5.1. Prazos mínimos para o arrendamento .....	1015
5.1.1. Arrendamento de lavouras e atividades de exploração florestal .....	1015
5.1.2. Arrendamento para a exploração da pecuária.....	1016
5.2. Prazos mínimos para a parceria .....	1016
5.3. Contratos com prazo indeterminado .....	1018
6. Renovação ou prorrogação do contrato .....	1018
7. Direito de preferência ou preempção na alienação do imóvel .....	1021
7.1. Concorrência de vários arrendatários .....	1022
7.2. Depósito do preço da venda .....	1023
7.3. Concorrência do condômino e do arrendatário no direito de preferência .....	1023
7.4. Direito de preferência ou indenização por perdas e danos.....	1024
7.5. Extensão do direito de preferência à parceria .....	1024
7.6. Abrangência do pedido de preferência a toda a área do imóvel .....	1025
7.7. Procedimento judicial para o exercício do direito de preferência .....	1026
8. Benfeitorias e direito de retenção.....	1027
9. Fixação do preço ou remuneração .....	1028
9.1. No arrendamento .....	1028
9.1.1. Valor real do imóvel para arbitrar o preço ou remuneração do arrendamento .....	1030
9.1.2. Preço potencial da área não arrendada.....	1030
9.1.3. Arrendamento de imóvel com benfeitorias.....	1031
9.1.4. Reajuste do preço ou remuneração .....	1031
9.2. Na parceria .....	1032
10. Extinção do contrato.....	1033
11. Ação de despejo .....	1035
12. Ação de reintegração de posse.....	1037
13. Venda de imóvel rural objeto de arrendamento ou parceria.....	1037
14. Subarrendamento e subparceria.....	1037

<b>CAPÍTULO XLII – SOCIEDADE</b> .....	1039
1. Enquadramento no Código Civil, caracteres e conceito .....	1039
2. Natureza jurídica .....	1040
3. Elementos ou requisitos.....	1041
4. Classificação das sociedades .....	1042
4.1. Sociedade empresária e sociedade simples .....	1043
4.2. Sociedades personificadas e sociedades não personificadas .....	1047
5. Constituição das sociedades .....	1048
5.1. Sociedades simples .....	1048
5.2. Sociedades empresárias .....	1050
5.3. Fundações particulares.....	1053
6. Espécies de sociedades personificadas.....	1056
7. Espécies de sociedades não personificadas.....	1076
8. Resolução de quota de sócio e dissolução da pessoa jurídica.....	1082
8.1. Resolução da quota do sócio e procedimento judicial .....	1082
8.2. Dissolução total da sociedade.....	1086
9. A liquidação da sociedade.....	1092
10. Transformação, incorporação, fusão, cisão e alteração das pessoas jurídicas .....	1095
11. Formas especiais de sociedades .....	1098
11.1. Condomínio .....	1098
11.2. Associações .....	1099
11.3. Sindicatos.....	1102
11.4. Sociedade entre cônjuges .....	1103
12. Administração da sociedade .....	1104
13. Direitos e deveres dos sócios.....	1106
14. Responsabilidade das sociedades .....	1109
15. Responsabilidade dos administradores e sócios pelas obrigações das sociedades .....	1110
16. Obrigações da sociedade e dos sócios relativamente a terceiros.....	1115
17. Responsabilidade dos sócios pelas obrigações fiscais das pessoas jurídicas.....	1117
18. Obrigações pessoais dos sócios .....	1119
<b>CAPÍTULO XLIII – EDIÇÃO E DIREITO DE AUTOR</b> .....	1120
1. O contrato de edição .....	1120
2. Autoria, registo e propriedade das obras intelectuais .....	1123
3. Obras protegidas.....	1125

4. Retribuição .....	1128
5. Prazos do contrato e da conclusão da obra .....	1128
6. Cessão ou transferência dos direitos de autor .....	1129
7. Direitos e deveres do editor e do autor .....	1131
8. Duração dos direitos do autor e extinção do contrato .....	1135
9. Obras intelectuais do domínio público .....	1136
10. Publicação, propagação e a utilização da obra.....	1136
11. Autorização do autor para a utilização da obra.....	1147
12. Obras excluídas da proteção e limitações ao direito de autor .....	1148
13. Utilização econômica de obras intelectuais em representações e execuções públicas.....	1150
14. Direitos conexos .....	1153
15. Direito de arena .....	1156
16. Obra de encomenda .....	1157
17. Associações de titulares de direitos de autor e dos direitos que lhe são conexos ...	1159
18. Violações dos direitos autorais .....	1161
19. Obra publicada em diários e periódicos.....	1163
20. Obra de engenharia e arquitetura.....	1164
21. Representação dramática.....	1165
21.1. Características, partes e forma.....	1166
21.2. Representação em espetáculos públicos.....	1167
21.3. Prazo e extinção do contrato .....	1168
21.4. Livre representação ou execução.....	1169
21.5. Direitos e obrigações.....	1169
22. Direito de autor e <i>software</i> .....	1170
<b>CAPÍTULO XLIV – ARRENDAMENTO MERCANTIL.....</b>	<b>1176</b>
1. Terminologia.....	1176
2. Definição.....	1177
3. Elementos integrantes do conceito de arrendamento mercantil.....	1179
4. Origens do instituto .....	1179
5. O arrendamento mercantil no Brasil .....	1180
6. Espécies de arrendamento mercantil.....	1181
6.1. O arrendamento mercantil operacional .....	1181
6.2. O arrendamento mercantil financeiro.....	1184
6.3. O arrendamento mercantil contratado com o próprio vendedor.....	1185

6.4.	O arrendamento mercantil contratado com empresas integrantes do mesmo grupo financeiro .....	1187
7.	Relações obrigacionais que compõem o arrendamento mercantil.....	1188
7.1.	Promessa sinalagmática de locação .....	1188
7.2.	Relação de mandato especial .....	1188
7.3.	Locação da coisa .....	1189
7.4.	Compromisso unilateral de venda .....	1189
7.5.	Possibilidade de compra e venda.....	1189
8.	Características do arrendamento mercantil.....	1190
8.1.	Caráter de locação .....	1190
8.2.	Caráter de financiamento .....	1190
8.3.	Estrutura bilateral ou sinalagmática .....	1190
8.4.	Onerosidade intrínseca à natureza do negócio .....	1190
8.5.	Comutatividade .....	1191
8.6.	Contrato de execução sucessiva .....	1191
8.7.	Operação firmada em função da pessoa .....	1191
8.8.	Enquadramento legal típico .....	1191
8.9.	Forma consensual.....	1191
8.10.	Formalismo quanto aos elementos componentes do contrato.....	1192
8.11.	Caráter do contrato de adesão .....	1193
9.	Elementos componentes do contrato de arrendamento mercantil.....	1193
9.1.	Descrição dos bens.....	1193
9.2.	Prazo .....	1194
9.3.	Valor ou fórmula de cálculo das contraprestações e o critério para o reajuste .....	1194
9.4.	Forma e planos de pagamento das prestações .....	1195
9.5.	Condições para o exercício do direito de opção .....	1196
9.6.	Opção de compra .....	1196
9.7.	Despesas e encargos adicionais .....	1197
9.8.	Substituição do bem arrendado.....	1198
9.9.	Cláusulas adicionais.....	1199
9.10.	Vistoria dos bens pela sociedade arrendante.....	1199
9.11.	Inadimplemento das obrigações pelo arrendatário e destruição, perecimento ou desaparecimento do bem arrendado.....	1199
9.12.	Transferência do bem arrendado a terceiros .....	1199
9.13.	Opção de compra exercida antes do término do prazo contratual.....	1200
9.14.	Obrigações do arrendante e do arrendatário.....	1200

10. Partes integrantes do contrato de arrendamento mercantil .....	1200
10.1. Empresa de arrendamento mercantil .....	1200
10.2. Arrendatário.....	1203
10.3. Empresa fornecedora .....	1204
11. Bens objeto do contrato de arrendamento mercantil .....	1205
11.1. Bens móveis.....	1205
11.2. Bens imóveis .....	1206
12. Procedimentos judiciais no arrendamento mercantil .....	1208
12.1. Cobrança executiva de encargos e aluguéis .....	1208
12.2. Purgação da mora pelo arrendatário .....	1208
12.3. Ação de reintegração de posse contra o arrendatário .....	1209
12.4. A insolvência do arrendatário .....	1211
12.5. Penhora de direitos creditórios do arrendatário .....	1212
<b>CAPÍTULO XLV – CONSÓRCIOS .....</b>	<b>1213</b>
1. Caracterização.....	1213
2. Exigências legais para a formação do consórcio .....	1215
2.1. No tocante às sociedades.....	1215
2.2. No tocante ao regulamento do consórcio .....	1217
3. Sistemática do sorteio e dos lances.....	1218
4. Consórcio de bens imóveis.....	1219
5. Mora do consorciado em receber a carta de crédito.....	1220
6. A alienação fiduciária e outras garantias oferecidas no contrato de consórcio ....	1221
7. Responsabilidade dos patrocinadores do consórcio.....	1222
8. Desistência do consorciado e devolução das quantias pagas.....	1223
9. Ação para obrigar a entrega do bem.....	1225
10. Anomalia no mercado de bens e elevação do preço.....	1226
<b>CAPÍTULO XLVI – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA .....</b>	<b>1228</b>
1. Fidúcia.....	1228
2. Negócio fiduciário .....	1229
3. Alienação fiduciária em garantia.....	1230
4. Alienação fiduciária e negócio fiduciário.....	1232
5. Tipicidade e natureza da alienação fiduciária.....	1232
6. Caráter acessório da alienação fiduciária .....	1233
7. Posse, domínio e tradição na alienação fiduciária .....	1234

8. Objeto da alienação fiduciária .....	1235
8.1. Coisas móveis, imóveis e direitos creditórios .....	1235
8.2. Coisas fungíveis, infungíveis, cessão de direitos e créditos .....	1236
9. Forma e registro da propriedade fiduciária .....	1239
10. O registro na alienação fiduciária de veículos automotores .....	1240
11. Efeitos do registro quanto à falência e recuperação judicial ou extrajudicial do empresário e das empresas .....	1242
12. Financiamento com alienação fiduciária de bens já integrados no patrimônio do alienante.....	1243
13. Sociedades habilitadas a conceder financiamento com alienação fiduciária em garantia .....	1245
14. Simulação no contrato de alienação fiduciária e inexistência do bem .....	1247
15. Venda do bem alienado fiduciariamente e extensão da alienação fiduciária nas transferências do bem alienado .....	1247
16. Inadimplência do devedor e meios processuais para a satisfação do crédito.....	1248
17. Saldo devedor e venda extrajudicial.....	1251
18. Posição de depositário do alienante-devedor .....	1254
19. Constituição em mora .....	1255
20. Impossibilidade da prisão civil .....	1255
21. A posição do terceiro que paga a dívida.....	1257
22. Posição do avalista na venda extrajudicial .....	1257
23. Aplicação de normas do penhor, da hipoteca e da anticrese e vencimento da dívida.....	1259
<b>CAPÍTULO XLVII – INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA .....</b>	<b>1262</b>
1. Conceito.....	1262
2. Partes Integrantes do Contrato.....	1263
3. Objeto do contrato .....	1265
4. Formalização e elementos da incorporação.....	1266
4.1. Prazo de validade do registro da incorporação e da carência para a desistência do empreendimento .....	1269
4.2. Prazo para formalizar o contrato relativo à fração ideal do terreno, e o contrato de construção e a convenção do condomínio.....	1269
4.3. Ônus reais ou fiscais que gravam o imóvel .....	1270
4.4. Averbação das vendas de unidades do prédio .....	1271
4.5. Afetação do imóvel e outros bens na incorporação.....	1271
5. Celebração dos contratos com os adquirentes.....	1273

6. Modalidades de contratos de construção do edifício .....	1275
7. Obrigações e direitos do incorporador.....	1276
8. Obrigações e direitos do adquirente .....	1280
9. Assembleia geral dos contratantes e comissão de representantes.....	1282
10. Convenção dos condôminos.....	1285
10.1. Convenção não registrada e obrigações dos condôminos .....	1286
11. Rescisão do contrato por inadimplência junto ao incorporador .....	1287
12. Rescisão do contrato por inadimplência do adquirente nas incorporações contratadas pelo regime de empreitada ou administração.....	1290
13. Responsabilidade pelas unidades não vendidas .....	1291
14. Direito de retenção .....	1292
15. Alterações no projeto e na construção .....	1292
 <b>CAPÍTULO XLVIII – CARTÕES DE CRÉDITO .....</b>	 1294
1. Caracterização e finalidade .....	1294
2. Entidades emissoras .....	1295
3. Partes integrantes.....	1296
4. Forma e utilização do cartão de crédito .....	1297
5. Relações jurídicas entre os contratantes.....	1298
6. Natureza do contrato .....	1299
7. Responsabilidade do fornecedor de mercadorias ou serviços.....	1300
8. Extravio, perda ou roubo do cartão .....	1301
9. Caráter de instituição financeira das operações realizadas pela administradora....	1303
10. Não enquadramento da administradora como instituição financeira .....	1304
11. Atuação da administradora como mandatária ou como integrante de instituição financeira .....	1305
12. Não configuração do crime de usura na cobrança de juros superiores à taxa legal.....	1306
13. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor .....	1307
 <b>CAPÍTULO XLIX – NOVAS FORMAS CONTRATUAIS .....</b>	 1308
1. Aspectos gerais.....	1308
2. <i>Know-how</i> ou contrato de venda de tecnologia.....	1308
3. <i>Engineering</i> .....	1311
4. <i>Factoring</i> ou faturização .....	1311
5. Franquia ou <i>franchising</i> .....	1316
6. Contrato de capitalização .....	1324

<b>CAPÍTULO L – CONTRATOS BANCÁRIOS .....</b>	<b>1326</b>
1. Atividade bancária e classificação dos estabelecimentos bancários .....	1326
2. Depósito bancário .....	1328
3. Abertura de crédito .....	1332
4. Desconto bancário.....	1334
5. Redescoto .....	1336
6. Contas-correntes .....	1336
7. Antecipações bancárias.....	1339
8. Cartas de crédito.....	1340
9. Empréstimo bancário.....	1341
10. Crédito documentado ou documentário .....	1342
11. Operações de câmbio .....	1344
12. Caderneta de poupança .....	1344
13. Contrato de custódia e guarda de valores .....	1345
14. Cobrança de títulos .....	1345
15. Transferência de numerário .....	1346
16. Arrecadação de valores.....	1346
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>1347</b>